



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

PEDRO DOMINGOS NGUVU

**A PERMANÊNCIA PORTUGUESA NO SOLO ANGOLANO
NO PERÍODO PÓS-COLONIAL (1975-2013)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

PEDRO DOMINGOS NGUVU

**A PERMANÊNCIA PORTUGUESA NO SOLO ANGOLANO
NO PERÍODO PÓS-COLONIAL (1975-2013)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

PEDRO DOMINGOS NGUVU

**A PERMANÊNCIA PORTUGUESA NO SOLO ANGOLANO
NO PERÍODO PÓS-COLONIAL (1975-2013)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 05/09/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros - Orientador

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Maria Claudia Cardoso Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTT	Correios de Portugal
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
MFA	Movimento das Forças Armadas
MIA	Movimento para a Independência de Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PLUA	Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
UPA	União das Populações de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	JUSTIFICATIVA	9
3	DELIMITAÇÃO / PROBLEMA DE PESQUISA	10
4	HIPÓTESE	11
5	OBJETIVOS	12
5.1	GERAL	12
5.2	ESPECÍFICOS	12
6	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
6.1	PERÍODO COLONIAL	12
6.2	PERÍODO PÓS-COLONIAL (1975 A 2002)	16
6.3	PERÍODO PÓS-COLONIAL (2002 A 2013)	17
7	METODOLOGIA	19
8	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a expansão ultramarina iniciada pelos portugueses no século XV culminou em contatos com outros povos e culturas. Mediante este cenário, de acordo com Careganato (2010), as relações entre Portugal e Angola iniciaram em 1482, com a chegada do Diogo Cão à Foz do Rio Zaire, onde teve um encontro com os Bakongos, povo pertencente a um dos grandes reinos da época, denominado reino do Congo.

Angola situa-se na África Central Ocidental, a sul do Equador, “o seu território estende-se entre os 5 e os 18 graus de latitude sul, e entre os 12 e 24 graus de longitude a leste de Greenwich” (WHEELER e PELISSIER, 2013, p. 25). Angola faz fronteira a Norte e Nordeste com a República Democrática do Congo e Congo Brazzaville, a Leste, com a Zâmbia, a Sul, com Namíbia e a Oeste é banhada pelo oceano Atlântico. Tem uma superfície de 1.246.700 Km², e está dividida em 18 províncias, sendo Luanda a sua capital.

Segundo Wheller e Pelissier (2013), a sociedade angolana é uma sociedade plural, composta por diferentes grupos culturais. Antes da chegada europeia, o primeiro grupo racial a invadir o país foi o negroide (o Banto¹). O grupo referido vinha da selva equatorial (região atualmente ocupada pelos Camarões e pela Nigéria), eram povos agricultores e conheciam a metalurgia do ferro. No processo de expansão pelo continente africano, os Bantos dividiram-se em dois movimentos diferentes, onde uns foram para o Sul e outros para o Este, criando assim, a maior migração de povos, jamais vista em África. Ao chegarem em Angola, os Bantos depararam-se com o povo khoisan, também conhecidos por Bosquímanos ou Boximanes, Hotentotes, Coisã ou Coissã. O povo Khoisan “foi o primeiro povo que habitou em Angola” (ALMEIDA, 2013, p. 13), ele descende de povos que viviam no Sudeste de África.

A instalação do povo Banto, em Angola, decorre ao longo de muitos séculos, sendo marcada por: viagens, doenças, guerras e matrimônios, gerando diversos grupos que vieram a estabilizar-se em etnias que perduram até aos dias de hoje. Em Angola, a língua banta é a mais predominante; “apesar da diversificação étnica e da variação de tipo físico presente nos grupos angolanos de língua banta, estes encontram-se essencialmente interligados, quer em termos culturais, quer raciais” (WHEELER e PELISSIER, 2013, p. 32). Os principais grupos etno-

¹ “Esse termo resulta da combinação de ntu (ser humano), acrescido do prefixo ba, que designa plural, ou seja, seres humanos ou pessoas” (SOUZA, 2006: 86 apud CAREGANATO, 2011, p. 1).

linguísticos de Angola são: os Bakongos, os Quimbundos, os Ovimbundos, os Luanda-Quioco, os Nganguelas, os Nyaneka-humbe, os Hereros e os Ambos.

O país abriga aproximadamente dez grupos étnicos, dos quais os três maiores Ovimbundo, Ambundo e Bacongo, correspondem a 75% de sua população. Está pertence, em sua quase totalidade, ao tronco linguístico Bantu, que predomina na região Centro-Sul da África. (PEREIRA, 2015, p. 45).

Uma vez habitada por diferentes grupos étnicos, reinos bem consolidados surgiram em Angola. Entre eles, destacam-se três reinos na história do país, tanto pela organização política, como pela prosperidade, feitos e, sobretudo, pela localização geográfica que influenciou bastante no primeiro contato com os portugueses. Eles são: o reino do *Congo*, da *Matamba* e do *Ndongo*.

[...] Os primeiros locais a serem dominados pelos europeus foram as regiões próximas ao litoral e aos leitos dos rios. Nesse sentido, os primeiros contatos entre os conquistadores e os nativos africanos ocorreram, primeiramente, com os povos que viviam nas regiões litorâneas próximas aos grandes rios e posteriormente com as populações que viviam nas regiões interiores (CAREGANATO, 2011, p. 1).

É comprovável essa afirmação, pois, as vantagens de ter um rio ou mar por perto fez com que muitos povos optassem por viver próximo deles, “com o domínio da agricultura, o homem buscou se fixar próximo às margens dos rios, onde teria acesso à água potável e a terras mais férteis” (FABER, 2011, p. 8). No entanto, o contato entre os portugueses e os povos que viviam nessas regiões seria mais que inevitável, uma vez que eles usaram o mar para chegar ao continente africano e os rios para se deslocar dentro dele. Como evidência temos o reino do Congo que, segundo os historiadores, foi o primeiro reino angolano a manter contato com os portugueses. Fato que se deve a sua localização geográfica “O reino do Kongo localizava-se no Norte de Angola ao Sul da atual República Democrática do Congo (Kinshasa) e da República do Congo (Brazzaville)” (CAREGANATO, 2011, p. 3), “o mesmo era banhado por 4 rios: rio Zaire, rio Kwanza, rio Cunene e rio Zambeze” (PANTOJA, 2000, p. 52).

De acordo com Ronaldo Vainfas e Marina de Mello e Souza (1998), o reino do Congo teve a sua formação, provavelmente, no final do século XIV, a partir da expansão de um núcleo localizado a noroeste de Mbanza-Congo, “rebatizado São Salvador pelos portugueses e assim designada até 1975” (WHEELER e PELISSIER, 2013, p. 29), chefiados por Nimi A Lukeni. O referido grupo subjuguou as aldeias da região do Congo e impuseram a sua soberania pela supremacia guerreira. O reino do Congo era forte e bem estruturado, sendo que a chefia máxima pertencia ao Mani Congo. O reino, formado por grupos de etnia Banto, especialmente os

Bakongos, abrangia grande extensão da África Centro-Ocidental e era composto por diversas províncias.

O reino do Congo mantinha-se unido por intermédio do controle exercido pelo Mani Congo a partir da capital, M'banza-Kongo, de onde “o rei administrava juntamente com um grupo de nobres que formavam o conselho real” (CAREGANATO, 2011, p. 7); no grupo “estes tinham diversas funções como: coletores de impostos, militares, juizes, empregados pessoais, entre outras” (CAREGANATO, 2011, p. 7). Sem deixar de fora as alianças feitas principalmente por meio do casamento entre a linhagem nobre. O reino era fortalecido pelas relações comerciais e políticas entre as diversas regiões administradas por chefes escolhidos pelo rei, dentre a nobreza que o cercava na capital. Apesar das citadas subdivisões na configuração política do reino, o rei tinha o direito de receber o tributo proveniente de cada uma das províncias dominadas.

Segundo Careganato (2011), o reino do Ndongo era um dos sub-reinos do reino do Congo. A localização do reino do Ndongo era ao sul do reino do Congo, entre os rios Dande e Kwanza, que forneciam peixe para o povo da região e serviam como autoestradas que permitia a deslocação da população para outras bandas. Ao Sul, pelos estados Ovimbundos e Kissama, a oeste, pelo Oceano Atlântico.

Tal como o Ndongo, o reino da Matamba também era um sub-reino do reino do Congo e, além disso, localizava-se entre o reino do Congo e o reino do Ndongo “o reino de Matamba localizava-se entre o Ndongo e o Congo, a leste do rio Kwango, na margem direita do rio Lucala, corresponde a atual Baixa de Cassange na região de Malanje” (FONSECA, 2014, p. 1), a sua localização facilitava o contato com os dois reinos acima citados.

Em 1415, fatores políticos, sociais e econômicos influenciaram no início da expansão portuguesa. O desejo de encontrar novas rotas de comércio com os mercados orientais motivou D. João II a enviar suas tropas à Índia, lideradas pelo navegador Diogo Cão. Em meio à expedição “em 1482, o navegador português Diogo Cão descobriu a foz do rio Congo e entrou em contato com o maior reino Bantu da África Central Ocidental: o reino do Congo” (WHEELER e PELISSIER, 2013, p. 59).

Após 67 anos de expansão, os portugueses chegaram à foz do rio Zaire, mantendo assim o primeiro contato com o reino do Congo. Segundo Wheeler e Pelissier (2013), em 1484 Diogo Cão regressou à Portugal, levando consigo quatro Bacongos para os ensinar a língua portuguesa e, dessa forma, estabelecer relação entre os dois reinos. Em Portugal, eles “aprenderam alguns hábitos linguísticos e religiosos e, propositalmente, foram bem-tratados, para que tivessem uma boa impressão do reino português” (CAREGANATO, 2010, p. 7); de regresso ao reino, os

africanos, outrora levados à Portugal, causaram um estranhamento na população, pois, não havia esperança quanto ao regresso deles, fato que influenciou bastante na relação entre os dois reinos, privilegiando bastante os portugueses que foram bem recebidos. O povo acolheu os padres que haviam chegado com o desejo de aprender os seus costumes e adotar a sua religião, convertendo-se, assim, ao catolicismo.

[...] Os Manicongos que encontraram os homens do Diogo Cão foram convertidos ao Cristianismo, tendo o rei sido batizado em maio de 1491 com o nome de Dom João I. A partir de então, os reis do Congo adotaram como títulos nomes portugueses cristãos (WHEELER, 1971, p. 60).

Neste segundo contato, os portugueses foram com a ideia de doutrinar para dominar o reino do Congo, e assim aconteceu. Em seguida, os interesses políticos, sociais e econômicos fizeram com que eles deixassem de se limitar ao reino do Congo. Desta feita, os portugueses buscaram percorrer o território angolano com o objetivo de espalhar o seu domínio e explorar as suas riquezas. Fato que suscitou o contato com outros reinos angolanos e justificou o tráfico de escravos, a escravidão, a colonização e a exploração dos mesmos.

Por estes motivos, houve a necessidade, por parte do povo angolano, de expulsar os portugueses e, assim, dar fim ao domínio que eles tinham sobre Angola, episódio que marcou a história do país com revoltas e guerras contra os portugueses que só tiveram fim com a independência de Angola no ano de 1975.

2 JUSTIFICATIVA

Por causa da expansão marítima europeia sucedida nos séculos XV e XVII, fundamentada no desejo de enriquecimento dos países europeus e no alargamento das fronteiras geopolíticas, é indiscutível a influência europeia sobre os países africanos, como no caso de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe que foram colônias de Portugal, o que torna relevante o estudo da história desses países baseando-se na relação existente com o seu colonizador.

Com o calar das armas no ano de 2002, o número de imigrantes portugueses em Angola foi crescendo esporadicamente. Segundo uma reportagem passada pela SIC Notícias, no dia 11 de novembro de 2014, em meio à comemoração dos 39 anos de independência de Angola, cerca de 200 mil portugueses viviam e trabalhavam no país, tendo de fora os portugueses que não

eram registrados e os que entraram no país sem o visto de trabalho. No entanto, o presente projeto de pesquisa tem como título “A permanência portuguesa no solo angolano no período pós-colonial (1975 – 2013)”, pois busca compreender os motivos que levam muitos portugueses a optarem por viver no país, uma vez que ele se encontra independente de Portugal. O que faz do projeto relevante em vários aspectos, entre os quais: político, social, acadêmico e pessoal.

Político: a relevância política do presente trabalho consiste no fato de que compreender a história e os fatores sociais que unem Angola e Portugal é o melhor caminho para compreender as políticas que regem os dois países, as cooperações, as alianças formadas ao longo dos anos e as futuras tomadas de decisões concernentes à Angola e Portugal. **Social:** a relevância social do presente trabalho justifica-se a partir do fato de que a presença de qualquer emigrante dentro de um país não passa despercebida ao cidadão, afetando, assim, de forma direta ou indireta, a sociedade onde ele passa a fazer parte. Desta forma, compreender as razões que os levaram a emigrar para Angola ajuda bastante no bom convívio social. E esse é um dos pontos-chave do trabalho, compreender os motivos da presença portuguesa no solo angolano no período pós-colonial, uma vez que no passado os motivos que os levaram para lá foram: a expansão marítima europeia, o tráfico de escravos, a escravidão e a colonização. **Acadêmico:** a relevância acadêmica do presente trabalho consiste no contributo teórico para as discussões acadêmicas sobre a emigração e a permanência portuguesa nas ex-colônias no período pós-colonial. **Pessoal:** este trabalho é bastante relevante para mim, pois será o resultado das minhas pesquisas sobre o tema em questão e a justificativa do meu processo de aprendizado enquanto bacharel em Humanidades.

O interesse pelo tema em questão surgiu a partir da reportagem acima citada que me levou a pesquisar mais sobre essa emigração portuguesa para Angola e da curiosidade em compreender a relação histórica existente entre Angola e Portugal.

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA

Durante 500 anos, Angola manteve uma relação conturbada com Portugal, relação marcada pelo tráfico de escravos, escravidão, colonização e exploração devido aos interesses políticos, sociais e econômicos do império português. Revoltados com a situação vivida na época, o povo angolano procurou de diversas maneiras se desfazer do domínio português, fato que justificou várias batalhas que marcaram a história do país. Com a independência de Angola

no ano de 1975, Portugal perdeu o seu domínio sobre o território angolano e o povo viu-se, finalmente, livre do império português.

Nesse período, o fluxo de emigrantes portugueses no país reduziu e muitos foram os que optaram em se mudar para outro lugar tanto pela guerra civil que o país enfrentou após independência como pelo fato do país já não oferecer as mesmas condições que oferecia para eles quando colônia de Portugal. No ano de 2002, após o advento da paz, Angola tornou-se novamente o destino de muitos portugueses.

De acordo com as estatísticas disponíveis junto da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, no ano de 2013, havia 117.375 cidadãos de nacionalidade portuguesa registados em ambos os Consulados-Gerais de Portugal em Luanda e Benguela. (SOUSA, 2015, p. 3).

Desta feita, este projeto de pesquisa delimitou-se em analisar e descrever “os motivos que influenciam os portugueses a permanecer no solo angolano no período pós-colonial”, a partir de um recorte temporal que vai de 1975 – 2013, pois nesse intervalo de tempo o projeto vai abranger tanto os portugueses que optaram em viver em Angola, apesar da independência e da guerra civil, como aqueles que decidiram em emigrar para o país somente no ano de 2002 após a paz, com o fim da guerra civil. Dentre as 18 províncias de Angola, Luanda e Benguela destacam-se pelo elevado número de portugueses vivendo lá. Dessarte, o nosso estudo se focará nessas duas províncias onde, por intermédio de revisões bibliográficas e entrevistas, coletaremos dados que serão usados na construção do projeto em questão.

4 HIPÓTESE

Tendo como base o interesse econômico que originou o processo histórico vivenciado entre Angola e Portugal, a crise econômica que abala o país há muito tempo e que tem influenciado muitos portugueses na decisão de emigrar para outros países, a hipótese desta investigação consiste em afirmar que: os motivos que influenciam os portugueses a permanecer no solo angolano no período pós-colonial limitam-se essencialmente ao setor econômico. Ou seja, é o desejo de crescer financeiramente que leva muitos portugueses a optarem em emigrar para Angola a procura de melhores condições de vida no que toca a um bom emprego, um bom salário e facilidade de investimento.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

- ✓ Compreender os motivos que levaram e levam muitos portugueses a optarem por viver em Angola após a independência.

5.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Descrever a relação diplomática entre Angola e Portugal durante o período pós-colonial (1975 – 2013);
- ✓ Identificar os motivos que levaram muitos portugueses a permanecer em Angola no período pós-colonial;
- ✓ Investigar os motivos da nova emigração portuguesa para o país no período de 2002 a 2013.

6 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A busca da compreensão do presente, dissociado do passado, é um suicídio. Assim sendo, torna-se essencial narrarmos fatos do passado para melhor compreensão do presente. Ou seja, para compreendermos os motivos que levaram e levam muitos portugueses a optarem por viver em Angola após a independência, é de suma importância conhecer o movimento emigratório português no país, uma vez que ele se desenrola a partir de três períodos que são:

6.1 PERÍODO COLONIAL

É importante realçar que não se sabe ao certo o número de imigrantes portugueses que se estabeleceram em Angola durante o período colonial, pois, a “supressão do passaporte para aqueles que se destinavam ao ultramar português inviabilizou, a partir de 1907, qualquer possibilidade de cotejamento da emigração para esse destino” (GONÇALVES, 2018, p.37).

Motivo esse que impossibilita o estudo emigratório português em Angola neste período, uma vez que não há dados estatísticos disponíveis que possam nos informar sobre essa questão. Mas, é certo afirmar que, durante o período colonial, os portugueses compreendiam a maior parte da população branca do país, composta por: colonizadores². Todos os indivíduos que se dedicavam às atividades comerciais, administrativas e religiosas, entre eles cita-se: os mercadores que faziam o comércio com o reino; os traficantes de escravos; os empresários; os religiosos, entre eles, bispos, párocos e missionários que tinham como função converter, ensinar, instruir e aldear; os responsáveis pela administração colonial cuja função era vigiar e zelar pela manutenção da paz, de modo a manter o poder absoluto do soberano português; sem esquecer do próprio rei de Portugal que era a cabeça de tudo. E os colonos, os indivíduos que possibilitavam a exploração das terras e dos povos, que são: os senhores de engenho, os fazendeiros, os lavradores, os proprietários de lavras auríferas e de oficinas artesanais, os donos de charqueadas e os criadores de gado.

Segundo Gonçalves (2018), estima-se que até finais da década de 1880 poucas dezenas totalizavam o número anual de portugueses que emigravam para viver e trabalhar nas ex-colônias no período colonial, mas vê-se uma realidade diferente entre os anos de 1891 e 1907, pois a média aumentou para pouco mais de 1,3 mil. Fato dado a supressão do passaporte para viagem nas ex-colônias devido o desejo do reino português de criar civilizações prósperas, o que influenciou muitos portugueses a decidirem emigrar, sendo Angola a primeira opção de muitos.

Dos 136.359 emigrantes que partiram do Portugal continental, apenas 11.801 (9%) se encaminharam para as colônias africanas; destes, 8.854 (75%) foram para a África ocidental e 2.947 (25%), para a oriental, ou seja, uma maior preferência pelas terras de Angola. (GONÇALVES, 2018, p. 40).

Embora, na altura, o país não apresentasse boas condições sociais, econômicas, sanitárias e climáticas no olhar do colonizador, constata-se um número crescente da população portuguesa a viver em Angola.

² MULTIRIO. Colonizadores, colonos e colonizados. Disponível em:

<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/8713-colonizadores,-colonos-e-colonizados>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

Apesar de todas essas dificuldades, inclusive aquelas impostas pelo clima adverso, a população branca de Angola, que era de 1,8 mil, em 1845, passou para quase três mil, nos finais da década de 1860, e para cerca de 13 mil às vésperas da Primeira Guerra Mundial. (GONÇALVES, 2018, p. 42).

Segundo Gonçalves (2018), o crescimento esporádico de emigrantes portugueses para as ex-colônias dava-se pela guerra, fato que levou muitos funcionários a emigrarem acompanhados de suas famílias. Uma vez instalados, eles trabalhavam em plantações, pequenas produções agrícolas e no setor de mineração, ocupando cargos de destaque em comparação com os angolanos que também trabalhavam nessas áreas, fato que evidenciava as ideologias coloniais sobre a inferioridade do povo negro nas ex-colônias, uma vez que foram essas mesmas ideologias que sustentavam e permitiam a permanência colonial nesses espaços.

[...] Em 1929, o Boletim de Emigração ainda debatia o tema, como demonstra o pequeno artigo de um membro do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, Francisco de Melo Noronha, intitulado Valorização das nossas possessões pelo braço branco nacional. A argumentação não mudara, ou seja, incentivar e desviar a emigração para as colônias em África com o intuito de desenvolvê-las em proveito nacional. Para tanto, seria necessário um “plano racional de colonização em condições de estabilidade, indispensáveis para inspirar confiança e decidir vontades”. Somente assim, acreditava Noronha, “poderemos realizar a aspiração legítima do valorizamento das possessões portuguesas pelo braço branco nacional, tendo, contudo, em vista que o indígena é o elemento primacial do trabalho material pela sua resistência ao trópico em que é nato e criado”. Destas palavras é possível perceber também a permanência de um dos pilares do colonialismo português e europeu: as concepções raciais de inferioridade do africano e o trabalho como elemento civilizador quando tutelado pelo homem branco. (GONÇALVES, 2018, p. 42).

Vivendo nas ex-colônias, os portugueses gozavam de privilégios que o povo nato não tinha. No caso de Angola, o tráfico de escravos, a escravatura e a colonização transformavam o povo angolano em simples mão de obra barata, fato que suscitou várias guerras dentro do país, como forma de resistência contra o sistema colonial português, e isto desencadeou a luta armada pela independência de Angola.

Durante as décadas de 50 e 60, vários movimentos de libertação surgiram em Angola. Com o passar do tempo, eles mudaram de nome e outros se fundiram a outros movimentos, “dentre eles, três movimentos foram reconhecidos pelos portugueses, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização da Unidade Africana (OUA)” (PEREIRA, 2015, p.46). Segundo Silva, os movimentos são:

1) Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento criado em 1962 a partir da junção da União das Populações de Angola (UPA), e era liderado por Holden Roberto.

2) Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o movimento surgiu no ano de 1956, fruto da união de dois partidos: Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola (PLUA) e o Movimento para a Independência de Angola (MIA). O MPLA era liderado por Agostinho Neto que, posteriormente, tornou-se o presidente do país.

3) União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), movimento fundado em 1964, mas só participou na luta armada de 1966. Era liderado por Jonas Savimbi que tinha deixado a FNLA e o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE).

De acordo com o MPLA, a guerra da independência de Angola teve início no dia 4 de fevereiro de 1961, por intermédio de um grupo de cerca de 200 angolanos que, ligados ao MPLA, atacaram a Casa de Reclusão Militar, em Luanda, a Cadeia da 7.^a Esquadra da Polícia, a sede dos CTT e a Emissora Nacional de Angola. No entanto, para Portugal e para a FNLA, a data é 15 de março de 1961, quando a UPA, com apoio de algumas organizações internacionais, atacou o Norte do país, assassinando e destruindo as fazendas e postos administrativos portugueses.

[...] No dia 15 de março de 1961, Angola acordou sobressaltada com notícias preocupantes sobre algo de muito grave que ocorria nos distritos de Uíge, Zaire e Cuanza Norte. Os portugueses tomaram, então, conhecimento da existência da UPA (União dos Povos de Angola), movimento independentista que, acoitado no Congo ex-belga e com o apoio de algumas organizações internacionais, cometia naquela região um generalizado massacre. Hordas enlouquecidas, armadas com catanas, assassinavam selvaticamente pessoas de todas as raças, credos e idades, destruíam as estruturas econômicas e viárias e incendiavam as fazendas e as povoações daquela tão vasta e rica região, fazendo do Norte de Angola um verdadeiro inferno. Desolação, casas fumegantes, estradas cortadas e cadáveres por todo o lado, eram só o que a observação aérea podia detectar. As populações aterrorizadas refugiaram-se nas matas, fugiram para os países vizinhos ou acolheram-se a alguns núcleos de resistência, como Carmona, Negage, Mucaba ou Quimbele, aguardando a chegada de socorros. Por seu lado, as autoridades militares reagiram às atrocidades com as poucas forças armadas disponíveis, que unidades metropolitanas reforçaram, e sustiveram o ímpeto da UPA. (NUNES, 2002 apud SILVA, 2018, p. 8).

No trecho supracitado, percebe-se que a guerra da independência de Angola teve início no dia 4 de fevereiro de 1961, por intermédio da UPA que, armado, aterrorizaram o norte de Angola, fato que marcou o rumo da história do país.

Treze anos após o início da guerra em Angola, em Portugal aconteceu a Revolução dos Cravos que resultou no derrube do Estado Novo que vigorou no país durante 41 anos, “a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, ato liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), foi o movimento que derrubou o regime ditatorial do Estado Novo, criado por Antônio Salazar em 1933” (SILVA, 2018, p. 9). Após 14 anos de guerra anticolonial, Angola tornou-se

independente de Portugal no dia 11 de novembro de 1975. Durante o período de 1974 a 1975 Angola encontrava-se diante de um governo de transição entre o governo Português e os três movimentos de libertação do país: FNLA, MPLA e UNITA, onde foi assinado o acordo de Alvor, em 15 de janeiro de 1975.

6.2 PERÍODO PÓS-COLONIAL (1975 A 2002)

Embora tenha alcançado a independência, os conflitos em Angola não terminaram. Por conta do poder, iniciou-se uma guerra civil no país, com a participação de forças internacionais que apoiavam movimentos diferentes. O MPLA, liderado por Agostinho Neto, teve apoio de Cuba, União Soviética e de países do leste da Europa. A FNLA, liderada por Holden Roberto, contou com o apoio dos Estados Unidos. Em contrapartida, a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, contou com o apoio da África do Sul e da China. “Duas semanas após a independência, eram contabilizados 40 mil mortos e um milhão de desabrigados. A maioria dos brancos – cerca de 400 mil - deixou o país” (SILVA, 2018, p. 11).

Conforme realçado nos parágrafos anteriores, no período colonial, os infortúnios vividos em Portugal por conta da guerra e outros fatores como a facilidade por parte dos portugueses de se mudar para as ex-colônias e os privilégios que tinham ao se mudar para lá, fazia com que muitos portugueses optassem em emigrar para as ex-colônias à procura de melhores condições de vida. Com as guerras que assolaram o país e o alcance da independência, o número de emigrantes portugueses em Angola sofreu redução, ou seja, durante esse período, o fluxo de imigrantes portugueses, no país, diminuiu bastante, pois eles passaram a optar por emigrar para outros países, como a África do Sul que, após a independência de Angola, passou a receber um número considerável de emigrantes portugueses.

“Quanto a emigração para a república da África do Sul, pode considerar-se pouco numerosa, salvo depois de 1974, após a independência de Angola e Moçambique, em que se notou um fluxo considerável de portugueses para este país” (ARROTEIA, 1983, p. 47).

A independência e as guerras vivenciadas em Angola, não só baixaram o fluxo de emigrantes portugueses no país, como também influenciaram muitos portugueses a deixar o país com medo das suas consequências.

6.3 PERÍODO PÓS-COLONIAL (2002 A 2013)

Com a morte de Agostinho Neto no ano de 1979, vítima de câncer, José Eduardo dos Santos tornou-se o presidente de Angola. A guerra contra a UNITA continuou até o ano de 2002, terminando com a morte de Jonas Savimbi em combate na província do Moxico.

[...]Savimbi foi morto em combate em fevereiro de 2002 na província de Moxico, propiciando um acordo formal de cessar-fogo, assinado em abril seguinte. Quatro meses depois, a Unita pôs fim ao seu braço armado e o ministro da defesa declarou que a guerra, de 27 anos, tinha findado. Unita transformou-se em partido político, com um novo líder – Isaiás Samakuva. (SILVA, 2018, p. 12).

Com a paz alcançada no país, os olhos de muitos emigrantes se voltaram para Angola, entre eles, os emigrantes portugueses que entraram em massa no país. Após o término da guerra civil em Angola, o fluxo de imigrantes portugueses voltou a aumentar, ou seja, Angola voltou a ser a escolha de muitos portugueses que decidiram emigrar. Segundo Sousa (2015), a paz alcançada em Angola no ano de 2002 serviu de incentivo para os emigrantes portugueses ao escolher o país como o destino da emigração. “Os fluxos intensificaram-se sobretudo após a crise econômico-financeira que abateu Portugal e que fez disparar a emigração nacional” (SOUSA, 2015, p.1).

Se antes de 2002 a Europa era uma preferência geográfica para a emigração portuguesa, passou a ser paulatinamente substituída por destinos alternativos em África, na Ásia e na América; embora tenha continuado a absorver a maioria dos fluxos. Angola destacou-se neste processo de escolhas, o que ajudou a diversificar a carteira de investimentos dos agentes econômicos nacionais (SOUSA, 2015, p. 2).

As limitações dos agentes econômicos portugueses devido à crise que Portugal enfrentava têm influenciado bastante na contração demográfica de Portugal, pois muitos preferiram emigrar para outros países à procura de melhores condições de vida e de um mercado favorável para os seus negócios e investimentos. Dentre os países favoritos, Angola é um deles. Dados apontam que, 10 anos após a guerra civil vivenciada no país, observou-se um crescimento numeroso de portugueses a residir em Angola, chegando a contabilizar cerca de 200.000 portugueses a viver no país.

Segundo Sousa (2015, p. 5), a diáspora portuguesa em Angola divide-se em três grupos que, somados, resultam nos 200.000 portugueses a viver no país: os que nunca deixaram o país, grupo formado por portugueses que se mudaram para Angola e lá ficaram desde o tempo colonial. O grupo era composto por aqueles que emigraram com a família e os que constituíram

família lá. Uma vez instalados no país, encontraram a vida que desejavam. Por esses motivos, não se retiraram do país apesar da independência e da guerra civil; os que deixaram o país após a independência e regressaram: assim como existiram portugueses que permaneceram no país apesar da independência e da guerra civil, houve também aqueles que o deixaram com medo da guerra, conforme relatado nos parágrafos anteriores. Com o fim da guerra, eles decidiram voltar para o país, pois, com Angola em fase de reconstrução e desenvolvimento, os portugueses avistavam no país oportunidades que Portugal não os oferecia, fato que fez com que muitos se mudassem para Angola sem o desejo de regressar à Portugal. Por último, temos os negociantes: grupo formado por homens e mulheres na casa dos 20 a 30 anos que, sem qualquer vínculo com o país, viram nele boas oportunidades de investimento e decidiram mudar-se com as suas famílias para Angola. A facilidade por parte dos portugueses de investirem no mercado angolano dá-se pelas relações de amizade e cooperação luso-angolana que embora sofresse altos e baixos se mantêm até os dias atuais. Segundo Tchivole (2017, pp. 21-22), as cooperações entre Angola e Portugal se baseiam num relacionamento pragmático motivado pelas seguintes premissas: para Angola: a) o alcance de uma política externa entendida como instrumento de desenvolvimento econômico; b) diversificação das relações diplomáticas para a integração do país na economia mundial, ampliando, deste modo, sua importância internacional e diminuindo suas vulnerabilidades internas; c) maximizar a capacidade de decisão do Estado face ao sistema internacional. Para Portugal, o relacionamento pragmático entre ambos se baseia na garantia da continuidade das suas empresas, negócios, preservação dos interesses tradicionais e por uma diplomacia de valores no âmbito dos direitos humanos, de modo a manter a sua hegemonia diante dos seus parceiros ocidentais.

O número de imigrantes portugueses em Angola aumentou bastante após a declaração do ex-presidente da república, Jose Eduardo dos Santos (1979-2017), numa entrevista exclusiva com o correspondente da SIC Notícias, Henrique Cymerman.

Como se sabe, aqui há uma grande falta de pessoal qualificado e é do nosso interesse que todos aqueles que poderem vir contribuir nessa altura que tenham a qualificação necessária para apoiar-nos em projetos variados de desenvolvimento que são sempre bem-vindos. Portanto tanto eles chegam, são enquadrados seja no sector público seja no sector privado a procura é muito grande³.

³ SICNOTÍCIAS. **José Eduardo dos Santos diz que os portugueses são bem-vindos em Angola**. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2013-06-05-Jose-Eduardo-dos-Santos-diz-que-os-portugueses-sao-bem-vindos-em-Angola>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Destarte, Angola, mais uma vez, transformou-se no eldorado dos portugueses, um lugar cheio de oportunidades, ideal para se fazer negócio e bom para fazer dinheiro.

7 METODOLOGIA

Com o passar dos tempos, achou-se grande necessidade por parte dos seres humanos de se desprender das crenças e do senso comum para conhecer e explicar a realidade a sua volta. Desta necessidade originou-se o conhecimento científico, produto da investigação científica e que, diferente dos outros, é um conhecimento metódico, objetivo, passível de demonstração e comprovação. Estando em vigor, faz-se necessário o uso de métodos científicos na realização de uma pesquisa científica.

Partindo desse pressuposto, far-se-á uso da pesquisa qualitativa na realização do presente projeto, método que consiste na análise objetiva do objeto a ser estudado.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Consustanciando-se no trecho supracitado, o presente projeto de pesquisa será realizado através de abordagens investigativas, método que melhor consolidará a nossa pesquisa. Para a realização do presente trabalho faremos uso da pesquisa bibliográfica: “feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*” (FONSECA, 2002, p. 32. apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37) Uma vez que, com a revisão bibliográfica, buscaremos aprofundar os fatos que explicam a permanência portuguesa em solo angolano no período pós-colonial.

8 CRONOGRAMA

<i>Atividades a serem desenvolvidas por ano/ semestre</i>	<i>2019-2020</i>		<i>2020-2021</i>		<i>2021-2022</i>	
	<i>1º semestre</i>	<i>2º Semestre</i>	<i>3º semestre</i>	<i>4º Semestre</i>	<i>5º Semestre</i>	<i>6º Semestre</i>
<i>Aulas presenciais</i>						
<i>Revisão bibliográfica e delimitação do corpus</i>						
<i>Análises preliminares.</i>						
<i>Reelaboração do Projeto</i>						
<i>Construção do texto da Monografia</i>						
<i>Defesa</i>						

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lisandra. **A interferência do kimbundu na língua portuguesa falada em Luanda**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2013.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. **A emigração portuguesa: suas origens e distribuição**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

BLOG METTZER. **Referência de site e artigos online: como fazer nas normas ABNT (com atualização de 2018)**. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/>. Acesso em: 27 maio 2019.

CAREGANATO, Lucas. Domínio colonial português em Angola nos séculos XV e XVI. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH*, 10, 2010. **Anais eletrônico [...]**. Santa Maria, RS: ANPUH-RS, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279060711_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-RS-Corrigidoerevisado.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CAREGANATO, Lucas. Em terras do Ngola e do Manikongo: descrição dos reinos do Congo e Ndongo no século XV. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

FABER Marcos. **A importância dos rios para as primeiras civilizações**. [S.l.: s.n.], 2011: (História ilustrada, v. 2). Disponível em: <http://www.historialivre.com/antiga/importancia_dos_rios.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

FONSECA, Mariana Bracks. Nzinga Mbandi conquista Matamba: legitimidades e poder feminino na África Central. Século XVII. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH*, 17., 2014. **Anais eletrônico [...]**. Santos: ANPUH-SP, 2014. Disponível em: <<http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

GONÇALVES, Paulo Cesar. A emigração como força civilizadora: portugueses nas colônias africanas e no Brasil independente. **Revista de História** (São Paulo), n. 177, p. 1-53, 2018. Disponível em: <http://orcid.org/0000-0003-3122-0690>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MALHEIRO, Jorge. Portugal 2010: o regresso do país de emigração? Notas e Reflexões, **JANUS.NET e-journal of International Relations**, v. 2, n. 1, p. 133-142, Primavera 2011. Disponível: <observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not3>. Acesso em: 17 jul. 19.

MULTIRIU. **Colonizadores, colonos e colonizados**. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/8713-colonizadores,-colonos-e-colonizados>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

PANTOJA, Selma Alves. **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

PEREIRA, Nascimento Nunes. **Os Bacongos de Angola/ etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2015.

SICNOTÍCIAS. **José Eduardo dos Santos diz que os portugueses são bem-vindos em Angola**. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2013-06-05-Jose-Eduardo-dos-Santos-diz-que-os-portugueses-sao-bem-vindos-em-Angola>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SILVA, Antônio Carlos Matias. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI em Revista**, Recife, v.4, n.5, p. 1-15, 2018.

SOUSA, Galito Maria. Emigração portuguesa em Angola. **CI-CPRI**, AI, n. 22, p. 1-14, 2015.

TCHIVOLE, Tarcísio Afonso. **Relações de cooperação Angola – Portugal**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. **Catalisação e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII**. *Tempo*, v. 3, n. 6, 1998. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-7.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

WHEELER, Douglas; PELISSIER, Rene. **História de Angola**. Lisboa: Editora Tinta-da-China. 2013.